



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS

LINO CASTELLANI FILHO

(depoimento)

2012

CEME–ESEF–UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpendo Memórias

Número da entrevista: E-276

Entrevistado: Lino Castellani Filho

Nascimento: 07/12/1951

Local da entrevista: Hotel Abbeville, São Luís – MA

Entrevistador/a: Christiane Macedo

Data da entrevista: 25/07/2012

Transcrição: Carina Kaiser Miranda da Silva

Copidesque: Silvana Vilodre Goellner

Pesquisa: Christiane Garcia Macedo

Total de gravação: 1:10:25

Páginas Digitadas: 18

Observações:

O entrevistado realizou algumas alterações após a leitura da entrevista transcrita.

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.

Sumário

Envolvimento com o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (final da década de 1970); cargos desempenhados no CBCE; cargo de coordenador de secretaria e vice-presidências; eleições da década de 1980; gestões como presidente; relação com o CONFEF e Movimento Estudantil; Revista Brasileira de Ciências do Esporte; Grupos de Trabalhos Temáticos.

Porto Alegre, 25 de julho de 2012. Entrevista com o professor Lino Castellani Filho a cargo da pesquisadora Christiane Garcia Macedo para o Projeto Garimpendo Memórias do Centro de Memória do Esporte.

C.M. – Professor, como o senhor se envolveu com o CBCE¹?

L.C. – Meu envolvimento com o CBCE se deu logo ao final dos anos 1970, eu já estava em São Luiz do Maranhão² fazendo parte de um grupo, naquela altura com uma pessoa mais experiente mais articulada, o professor Laércio³. E o Laércio tinha uma relação muito forte com um grupo de São Caetano⁴ onde se deu a própria criação do CBCE, ele era e continua sendo uma pessoa próxima ao Victor Matsudo⁵ que era o grande articulador de alunos e professores de Educação Física em torno dessa questão da produção do conhecimento, da pesquisa, algo muito pouco presente na nossa formação naquela época. E o Laércio em 1979 para 1980, levou para nós a ideia de organizar o primeiro congresso da região Nordeste que era uma das estratégias que o CBCE recém criado tinha para ganhar espaço no território nacional. Nesse momento o Victor Matsudo foi a São Luiz e fez contato com o grupo que era um grupo de pessoas muito jovens - eu tinha 24 anos ou pouco mais e, enfim, esse foi meu primeiro contato. De lá para frente, talvez eu seja, você pode checar isso, a única pessoa que participou de todos os CONBRACES⁶, com exceção do primeiro de 1979⁷ que eu não conhecia ainda. Mas o de 1981 em Londrina, 1983 em Guarulhos, 1985 Poços de Caldas, 1987 em Pernambuco, 1989 Brasília, 1991 em Uberlândia, 1993 em Belém do Pará, 1995 em Vitória, 1997 em Goiás, 1999 em Florianópolis, 2001 e 2003 em Caxambu, 2005 Rio Grande do Sul, 2007 Pernambuco, 2009 na Bahia e 2011 no Rio Grande do Sul, estive em todos. O que eu quero dizer com isso: que o CBCE passou a fazer parte da minha vida profissional de uma forma umbilical; ele tem uma responsabilidade muito grande pela minha formação política e acadêmica, de

¹ Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, criado em 1978.

² O entrevistado trabalhou como técnico e docente na Universidade Federal do Maranhão de 1976 a 1986.

³ Laércio Elias Pereira, ex-dirigente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte a atual coordenador do Centro Esportivo Virtual.

⁴ Grupo ligado ao Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul - CELAFISCS (SP).

⁵ Victor Keihan Rodrigues Matsudo.

⁶ Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, evento organizado a cada dois anos pelo CBCE.

⁷ Evento realizado em São Caetano do Sul – SP.

“militante acadêmico”, uma expressão que eu gosto de usar porque é isso que nós somos no CBCE, pois destinamos tempo das nossas vidas profissionais para fazer o CBCE se manter vivo, toda uma estrutura que não é pequena, compromisso que não é pequeno. E desde então eu me vi em diretorias onde eu entro mais formalmente em 1983, como coordenador das representações estaduais do CBCE. Naquela época nós não tínhamos as Secretarias, nós tínhamos, na Direção Nacional (DN), a figura desse coordenador e era a Direção Nacional que indicava nos estados as pessoas que o representariam. Era o inverso: era a Direção Nacional se representando nos estados, não os estados se representando junto à Direção Nacional. Eu fui esse coordenador, tive como “coordenados” à época o Valter⁸, o Amarílio⁹ de Sergipe na época, ainda meio que estudante, graduando, terminado o curso dele. Ai, depois na gestão do Laércio¹⁰ assumi uma das vice-presidências naquela estrutura antiga, vice-presidente de esporte eu acho. Em 1987 eu fiz parte da direção da Celi¹¹, a Celi já foi presidente¹² e eu fiz parte em 1987 até 1989¹³ e de 1989 a 1991¹⁴. Eu volto a um cargo na direção do CBCE, quando eu assumo a presidência em 1999 para 2001 e de 2001 para 2003. Nesses tempos que eu fiquei fora da DN eu cheguei a coordenar o GTT¹⁵ de Políticas Públicas e sempre me coloquei à disposição para aquilo que precisassem de mim e eu me sentisse em condições de ajudar. Identifico no CBCE a instância nessa área chamada Educação Física e Ciências do Esporte, a instância mais legitimada para falar em nome da comunidade científica, notadamente daquele segmento dessa comunidade que tem os pés fincados nas humanidades, que desenvolvem seus estudos e pesquisas através das Ciências Humanas e Sociais. E continuo sempre presente e disponível a chamados do CBCE porque – se não mais para mim que já estou mais próximo do fim de carreira do que de início – estou sempre pensando nos que estão chegando agora e que precisam identificar e ter no CBCE uma instância fundamental para que a área se desenvolva e cresça da forma que precisa se desenvolver e crescer.

C.M – Sobre as Secretarias Estaduais, da representação. Antes em 1981 e 1979 existia algo?

⁸ Valter Bracht.

⁹ Amarílio Ferreira Neto.

¹⁰ Laércio foi presidente do CBCE, na gestão 1985–1987.

¹¹ Celi Neuza Zulke Taffarel.

¹² Celi Neuza Zulke Taffarel foi presidente nas gestões 1987–1989 e 1989–1991.

¹³ Nessa gestão o entrevistado foi Coordenador de Secretarias Estaduais.

¹⁴ Nessa gestão o entrevistado foi Diretor Financeiro.

L.C – Então, não tinha dentro da estrutura não. Aparece na estrutura com a presidência do Osmar¹⁶ em 1983. Embora o Osmar seja o Vice-Presidente do Cláudio Gil ele assume o final de mandato do Cláudio Gil, porque ele sai para o doutorado, provavelmente fora do país, e esse foi o argumento utilizado pelo Gil para se afastar. Na verdade sabemos que os motivos foram outros: ele, nessa estrutura de Presidente eleito, quando vai tomar posse em 1981 em Londrina, chega com intenção de montar uma diretoria sintonizada com ele e não consegue fazer isso. O Vitor Matsudo e seu grupo impõe a ele uma diretoria e ele acaba acatando, não tendo forças políticas para superar aquele impasse, mas a gestão já começa mal a partir daí. E logo no primeiro ano, primeiro ano e meio, a coisa fica insustentável e ele coincidindo com sua intenção de estudos, se afasta e o Presidente eleito que iria tomar posse em 1983 antecipa a posse. Em 1983 eu saio do Maranhão e vou para São Paulo fazer meu mestrado e passo a ser vizinho – literalmente, nós morávamos na Rua Monte Alegre, eu em um prédio, e ele dois para baixo. E essa proximidade e a disponibilidade que eu tinha por conta do meu afastamento da Universidade para estudar, fez com que ele me convidasse e eu aceitasse essa função de Coordenador. Então penso eu, não posso dizer afirmar com 100% de certeza, mas eu diria com 99% de certeza que essa figura do Coordenador surge com o Osmar de Oliveira. Inclusive o papel timbrado na época vinha com a figura desse Coordenador só a partir de então.

C.M – E sobre as Vice-Presidências, como é que funcionavam?

L.C – Veja, o Colégio é construído tendo como modelo os “colleges” norte americanos, que funcionavam na lógica de uma Presidência e no lugar de departamentos, tinham Vice-Presidências de Educação, Esporte, Relações Internacionais. Era uma estrutura que era cópia daquela presente nas instâncias norte-americanas. O CBCE se apresentava tendo abaixo do “Colégio Brasileiro”, o “*Brasilian College*”, padrão na época se levamos em conta que Victor Matsudo era médico e que tinha uma relação muito forte com a Federação Brasileira de Medicina Esportiva, já tinha contatos internacionais sempre no campo da área biomédica e foi esse o modelo que ele foi buscar para formatar o Colégio. A ideia é que essas Vice-Presidências montassem equipes e definissem pautas, uma agenda para cada

¹⁵ Grupo de Trabalho Temático, instância do CBCE.

¹⁶ Osmar Pereira Soares de Oliveira, presidente na gestão 1981–1983.

uma delas; mas não havia até aquele momento nenhum pensamento, não estava no estatuto nenhuma sinalização dos caminhos a seguir, eram coisas muito abertas à época. E nem chegou a se consolidar, porque logo na gestão do Laércio nós fizemos a primeira reforma estatutária que foi coordenada por mim. Ela foi aprovada em 01 de maio de 1987, lembro-me da data: Dia do Trabalhador, em uma assembleia feita em Rio Claro (São Paulo) nas dependências da UNESP¹⁷. O Laércio passou a mim a tarefa de coordenar essa reforma e nessa reforma nós acabamos com a figura do Vice-Presidente, porque já tínhamos vivido aquela experiência ruim da diretoria anterior, que deu todo aquele problema com o Gil. E nós sinalizamos, naquele momento, a criação da figura das Secretarias Estaduais, acabando com essa coordenação de representações; nós invertemos a mão: queríamos que os sócios dos estados, a comunidade científica dos estados, passassem a ter representação na DN e não a DN ter representação nos estados, isso está na primeira reforma estatutária. Então essa figura das Vice-Presidências some e praticamente teve vida muito curta e não chegou a criar raízes, criar cultura no âmbito da entidade.

C.M– Na década de 1980, o CBCE passou por uma eleição delicada que mudou também os rumos da instituição. Na sua visão, como foi essa construção, tanto das chapas como dessa eleição, esse processo?

L.C– Bem, nós tivemos outra eleição com duas chapas, foi a do próprio Laércio em 1985 em Poços de Caldas. Ele era o Vice-Presidente eleito e ele apresentou uma diretoria: o Apolônio¹⁸ era o Vice-Presidente de Educação, eu era o Vice do Esporte, eu já não me lembro mais quem fazia parte. Mas outro grupo apresentou outra diretoria, de certa forma repetindo um pouco o episódio de 1981, só que em outra lógica. Visualizavam na diretoria do Laércio uma presença mais forte de pessoas do outro campo científico que era das humanidades e, receosos de perderem já naquele momento certo controle da entidade, montaram uma chapa ainda com esse perfil biomédico que prevaleceu nas primeiras diretorias. Mas não houve nenhuma disputa acirrada, nenhum embate forte e na assembleia de Poços de Caldas propuseram aquela diretoria para o Laércio, não me recordo se teve votação, ou se foi por aclamação... Confesso para você que não lembro exatamente como se deu o processo. Mas tiveram duas propostas de diretoria, assim como já havia ocorrido

¹⁷ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro.

¹⁸ Apolônio Abadio do Carmo.

no caso do Gil: a que ele queria presidir e a que o Victor Matsudo construiu com o grupo dele. Só que naquela época as eleições se davam com os presentes nos congressos e eram poucas pessoas; poucas pessoas com direito a voto, então, as coisas se resolviam em plenários muito pequenos em termo de número de pessoas. Já em 1989 não! Em 1989 - eu diria para você que a gestão da Celi demarcou para o campo biomédico o risco, mais do que perspectivado à frente, mas já visualizado naquele instante, da ruptura do CBCE com uma determinada compreensão de ciência. Porque o Laércio foi conduzido à Presidente eleito e depois Presidente, porque em 1983 o Victor Matsudo e a diretoria perceberam que já era chegada a hora de colocar um professor de Educação Física à frente da entidade, porque o número de associados, as pessoas que frequentavam os congressos do CBCE, era predominantemente constituído por alunos e professores do campo da Educação Física. E o Victor Matsudo pensou em um nome que, embora fosse da Educação Física fosse da era de extrema confiança dele: era o Laércio. E o Laércio aceitou, mas montou uma diretoria que já deu sinais de desligamento da lógica de compreensão de ciência presente nas gestões anteriores ou do grupo do Vitor, já identificado como CELAFISCS. Mas a eleição da Celi foi a demarcação de que realmente seria um caminho sem volta se não houvesse a retomada da direção e fazê-la retomar linhas que estavam presentes em seu início (dele, CBCE) - e essa tentativa foi toda ela articulada na eleição de 1989 no CONBRACE de Brasília - foi a última eleição presencial ocorrida no Congresso... Uma época de uma efervescência política muito forte, nós tínhamos depois de muito tempo a possibilidade de eleger o Presidente da República, tínhamos candidatos fortes à esquerda, que era o próprio Lula¹⁹ que, por muito pouco não vence, e que para sua derrota contribuiu toda a articulação do campo conservador: Rede Globo, inclusive vestindo os sequestradores do Abílio Diniz²⁰ com camisas do PT²¹ e coisas deste tipo. O Collor²² tendo suas falhas editadas pela Globo e fazendo denúncias de cunho pessoal do Lula, tudo aquilo estava presente no CONBRACE de setembro. Todo este clima estava presente lá e nós levamos para lá de maneira mais forte, mais organizada, como algo a ter protagonismo no CONBRACE: o debate sobre políticas públicas e o que esses candidatos estariam apresentando como proposta no campo das políticas públicas para o esporte, para a educação, para o lazer, muito mais isso do que a preocupação com políticas no campo científico. Nós não

¹⁹ Luis Inácio Lula da Silva.

²⁰ Em 1989 o sequestro do empresário Abílio Diniz foi relacionado ao Partido dos Trabalhadores.

²¹ Partido dos Trabalhadores

²² Fernando Collor de Mello.

tínhamos ainda nossas pós-graduações articuladas, consolidadas como hoje, de modo que essa discussão da pós-graduação ainda era muito tênue no CBCE, tínhamos poucos mestres e pouquíssimos doutores. Os doutores que tínhamos eram do campo biomédico e foram fazer seus doutorados fora do país ou no campo da Biomecânica ou no campo da Biologia, da Fisiologia e tudo mais. Então, este debate acadêmico propriamente dito ainda não estava muito enraizado na entidade. E naquele momento o grupo articulado pelo Victor Matsudo, por fora - por que ele não se assume candidato, - vem com força total para tentar vencer as eleições e com isso fazer o Colégio voltar a ter aquela linha de conduta de antigamente. Muitas coisas aconteceram, por exemplo: um grande aliado do Victor Matsudo naquela época era o professor Tubino²³, que estava naquele momento vivendo talvez o auge de sua capacidade de intervenção na área. Ele estava como Secretário de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação no lugar do Bruno Silveira²⁴, que tinha se afastado desse cargo, e acumulava também a presidência do Conselho Nacional dos Desportos. Também tinha coordenado, em 1985, uma comissão constituída pelo Ministro da Educação Marcos Maciel para reformular o conceito de Esporte. Ele convida pessoas notáveis para compor a mesma: o Pelé e a Maria Ester Bueno faziam parte, excelentes esportistas mas com muita pouca compreensão do que seria uma política esportiva. O que permitiu a ele praticamente construir o texto a seu gosto, sem muita resistência; é um documento rico sobre o Esporte como uma questão de Estado²⁵, tem cerca de oitenta indicações e este documento serviu de base para ele interferir na configuração da Constituição de 1988. O artigo 217 que trata do esporte na Constituição traz praticamente tudo daquilo que estava contido neste documento que essa comissão formulou. Tubino serra fileiras com o grupo do Victor, e a Celi articula uma chapa visando a reeleição, ampliando e definindo, mais do que nunca, naquele momento, dois grupos: um grupo mais ligado às humanidades e outro ao campo biomédico. Você poderia perguntar para mim, mas o João Batista²⁶ estava na chapa articulada pelo Victor, por quê? Uma coisa simples aconteceu: o Joãozinho, em certo momento, ao ver a programação do CONBRACE viu que ele não fazia parte do evento, viu que ele não havia sido convidado para nenhuma mesa, e se sentiu incomodado com esta situação, solicitando à Direção o seu

²³ Manoel José Gomes Tubino.

²⁴ Bruno Luiz Ribeiro da Silveira.

²⁵ Referência ao livro “Esporte, Educação Física e Constituição” de Manoel José Gomes Tubino publicado pela editora Ibrasa em 1989.

²⁶ João Batista Freire.

desligamento do quadro de sócios. Isso em uma semana se tornou público e, naquele momento, ele foi procurado por Go Tani, pelo Paulo²⁷ que foi candidato à Presidência para, ao invés de se desassociar, se manter sócio e concorrer à outra situação junto com eles. E ele concordou com isso e pediu, na semana seguinte, que desconsiderássemos o pedido anterior de desligamento do Colégio. Nós podíamos perfeitamente dizer: “Olha companheiro, agora você entrando novamente de sócio e ao entrar novamente de sócio você precisa cumprir o prazo estatutário para ser candidato e para votar”. E assim ele ficaria fora da eleição, mas nós analisamos e dissemos o seguinte: “Não, acho que nós temos cacife para fazer esta disputa sem ter que usar este artifício estatutário e portanto vamos desconsiderar o pedido dele de desligamento e vamos fazer de conta que ele nunca pediu para sair e, portanto, é sócio e deixe ele ir para o lado que quiser”. Bem, o fato é que todo o Congresso foi contaminado por esta discussão: tinha o Bramante²⁸ também do outro lado, uma pessoa que lida com gestão, mas com uma lógica de gestão empresarial, gestão privada, e que também tinha afinidade muito forte com aquele grupo mais antigo. Recém chegado do doutorado dele, pega o barco andando e olha as pessoas, conhecia aqueles e não nos conhecia. Dá apoio àquele grupo e praticamente todo o CONBRACE aconteceu em um clima de campanha eleitoral muito forte; às vezes não com a maturidade suficiente à época para separar as diferenças de ideias e de concepções de entidade com questões pessoais. Fato é que a eleição aconteceu e por uma diferença de vinte e cinco votos a chapa presidida pela Celi saiu vitoriosa. Há uma cena que eu nunca vou esquecer... As urnas são abertas em uma mesa na plenária: a contagem de votos começa a acontecer sob comando da Comissão Eleitoral. Todo mundo contando os votos, o grupo do Victor está no auditório, sentado à esquerda e nós sentados à direita. Me lembro perfeitamente: Quando é anunciado o resultado com a vitória para o nosso lado, o Tubino se levanta e coloca as mãos nas costas do Victor, dando a entender que queria fazer alguma coisa; o Victor faz ele sentar e ficar quieto. E é isso, acusam a derrota, mas acusam a derrota com a seguinte compreensão da derrota: havia se esgotado a possibilidade da permanência deles no CBCE porque na verdade eles só entendiam a possibilidade da permanência se eles estivessem no comando da entidade. Eles não aceitavam a ideia de se submeter a uma direção que não era aquela que eles gostariam de seguir, pelo hábito de historicamente sempre terem sido direção. E se afastam da entidade. E sabemos hoje, mais do que nunca, que uma entidade

²⁷ Paulo Sérgio Chagas Gomes.

²⁸ Antônio Carlos Bramante.

acadêmica para ser representante da nossa área precisa ter dentro dela, representantes deste mundo acadêmico, independentemente do campo científico que ele esteja inscrito ou filiado. Esse é o movimento que eu começo a fazer na minha gestão, mais fortemente. Antes disso o Kunz²⁹ e o Valter também apontaram este caminho de tentar trazer de novo para dentro da entidade aqueles que já naquele momento, final da década de 1990, estavam em programas de pós-graduação e que começavam a dar o tom da própria área acadêmica da Educação Física como hoje nós acompanhamos. Então aquela eleição foi marcada por esta disputa; se identificou que já não havia mais condições de se fazer o embate eleitoral no CONBRACE porque isso desqualificava o debate acadêmico que tinha que acontecer no Congresso e daí para frente passamos a fazer eleições aos moldes da SBPC³⁰, eleições virtuais feitas pela forma eletrônica, e é o que nós estamos fazendo desde então.

C.M– Quais as mudanças que o CBCE passou depois dessa eleição, fundamentalmente?

L.C– Eu penso que a primeira grande constatação foi desta separação de campo. Você passou a ter um Colégio mais homogêneo porque, na verdade, os de pensamento contrário já não mais se encontravam lá. Isso pode ter dado uma impressão falsa de tranquilidade, de caminhos certos, escolhas corretas, mas na verdade nós estávamos ensinando o “padre nosso para o padre”; falando para nós mesmos e, obviamente, satisfeitos com o que ouvíamos porque era justamente o discurso que tínhamos. E isso mais à frente foi percebido. Foi percebida a necessidade de buscar essa reintegração, que é um esforço que até hoje vem sendo feito, com resistências porque eles não querem voltar submetendo-se à a cultura do CBCE. Preferem ter suas próprias instâncias, suas próprias sociedades específicas. Mas o próprio Tartaruga³¹ na Presidência, vindo ele da Biomecânica, já foi um sinal bastante forte de que há dentro do CBCE a disposição política de fazer com que a discussão acadêmica desta área acadêmica chamada Educação Física, tenha no CBCE um espaço legitimamente construído e respeitado por todos, não só os do campo das humanidades. Na chapa da Celi de 1989 a 1991, a direção foi incorretamente tachada de partidária; ela foi acusada de ter partidariado a entidade, você vai encontrar isso muito fortemente naquele livro³² do Jocimar Daolio sobre os anos 1980, atores e tudo mais

²⁹ Elenor Kunz.

³⁰ Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

³¹ Leonardo Alexandre Peyré Tartaruga CBCE (2009-2011, 2011-2013).

³² Livro “Educação física brasileira: autores e atores da década de 1980”, publicado em 1998.

quando ele entrevista a mim, o Joãozinho, o Victor Matsudo. E você vai encontrar na fala, principalmente do Victor, essa compreensão da partidarização. Que foi equivocada, nunca ocorreu a partidarização porque eu e a Celi éramos o PT, mas nós tínhamos o Alfredo Gomes de Faria Junior que era do PSD³³, nós tínhamos o Aguinaldo Gonçalves que não era nem filiado a partido, mas tinha uma aproximação com o PMDB³⁴ e depois PSDB³⁵. Quer dizer, em nenhum momento, seja na articulação da chapa, seja na direção da entidade, a lógica partidária se fez presente na tomada de decisões, isso nunca ocorreu. Houve sim uma politização, uma exacerbação da dimensão política daquela gestão, muito movida pelo momento histórico que vivíamos: Collor Presidente e tudo que aconteceu naquela Presidência - o *impeachment*, movimento dos caras pintadas, tudo isso nos pegou naquela direção. E obviamente pelo nosso perfil, querendo acompanhar não na plateia todos esses acontecimentos – queríamos também ser atores, senão protagonistas pelo menos coadjuvantes de tudo aquilo que vinha acontecendo. E isso deu essa impressão de partidarização e fez com que Valter³⁶ e depois Kunz³⁷ instituíssem uma lógica de gestão, inclusive pelo próprio nome da chapa que eles encabeçaram que é “Construção com Vigilância Democrática”³⁸, dando a entender que, de certa forma, tinham incorporado a ideia do excesso de politização da entidade e que iam fazer a gestão mais voltada ao cenário acadêmico. Era esse o compromisso deles, tanto do Valter primeiro quanto depois do Kunz. Isso de fato acabou acontecendo por dois motivos: pelo movimento feito por eles e por outra conjuntura, já não estava tão efervescente entre nós aquilo que era muito presente nos anos 1980 início dos anos 1990. Então o que ficou daquele momento, daquela diretoria foi isso, foi a ideia dessa partidarização, uma leitura equivocada em meu modo de ver; mas uma exacerbação, sim, da dimensão política de intervenção da entidade, motivada pelo perfil do seu quadro diretor e pelo contexto da época, todo ele afetado por esse movimento de redemocratização da sociedade brasileira.

C.M– Como você chegou a Presidente?

³³ Partido Social Democrata.

³⁴ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

³⁵ Partido da Social Democracia Brasileira.

³⁶ Presidente nas gestões 1991-1993 e 1993-1995.

³⁷ Presidente nas gestões 1995-1997 e 1997-1999.

³⁸ Nome sujeito à confirmação.

L.C – O Valter, ao final de sua primeira gestão, me consultou para ser o sucessor dele; aquela altura eu não estava em condições profissionais e particulares de assumir aquele desafio. Estava na minha vida privada envolvido com o segundo relacionamento, tinha me separado do meu primeiro relacionamento no final dos anos 1980, início dos anos 1990. Estava em meu doutoramento ainda, e estava com uma atividade profissional de natureza sindical no Sindicato dos Docentes da UNICAMP; eu era da diretoria do sindicato, mais à frente eu estaria assumindo até a Presidência deste Sindicato. E naquele momento eu declinei desta possibilidade, mas me comprometi com ele que, em um outro momento, certamente me colocaria à disposição da entidade e, se a entidade entendesse pertinente a minha disponibilidade, eu então assumiria essa responsabilidade. E isso fez o Valter fazer o movimento na direção do Kunz. Para você ter uma ideia, na eleição de 1995 para 1997, já no fim do segundo mandato do Valter, nós vamos para o CONBRACE em Vitória sem uma chapa inscrita e a montagem da chapa e a eleição acontecem naquele CONBRACE, para não deixar o Colégio acéfalo. E o Kunz assume essa responsabilidade. Então, também naquele momento o Valter me queria lá e eu, em 1995, falei que não era o meu momento, que não tinha condições objetivas de estar assumindo a responsabilidade. Em 1999 eu termino minha gestão na UNICAMP, na Associação de Docentes e termino meu doutorado e aí, então, me percebo disponível para colaborar mais de perto com o CBCE e coloco meu nome à disposição. Isso cria certo constrangimento a algumas pessoas próximas, como o Jocimar por exemplo. E eu fiquei sem saber no primeiro momento o porque, fui buscar saber e descobri que estavam articulando já uma chapa de sucessão ao Kunz encabeçada pelo Tarcísio³⁹, pelo Tatá. Quando eu percebo isso ligo para o Tatá, tomo a iniciativa e digo: “Tatá, lancei meu nome a candidato e somente depois disso fiquei sabendo que já havia uma articulação em torno do seu nome, quero dizer que a partir desta informação estou retirando a minha candidatura e me coloco a sua disposição”. E o Tatá por telefone fala: “É justamente o contrário, eu retiro a minha e me coloco a sua disposição”. Então eu falei: “Não basta isso, nós temos que mostrar que isso está se dando deste jeito mesmo... o que você precisa?”, ele me perguntou, “Que você seja o Vice-Presidente”, eu digo. Ele falou “está bom, está aceito.” Então ele sai de Vice-Presidente e eu me coloco à disposição e a eleição não teve outra chapa, como não vem tendo de uns tempos para cá. Por que é isso né, cada vez mais a comunidade acadêmica olha para o CBCE como instância prestadora de serviços; é um estabelecimento que organiza um evento, que publica um

³⁹ Tarcísio Mauro Vago.

periódico importante para ele ganhar os pontinhos na CAPES⁴⁰ e ele paga uma anuidade para que alguém faça isso existir e acontecer. É uma relação de consumidor/mercadoria e não uma relação de um militante acadêmico que se disponibiliza a trabalhar por esta entidade científica. Havia o acordo do Tatá assumir a presidência no mandato seguinte. Em reunião da casa do Amarílio, em fevereiro de 2001, montando-se a chapa, chegamos para o Tatá: “Bem então agora você passa a comandar, a dirigir a reunião dizendo quais são seus planos, como você pretende montar a chapa...?” E ele fala: “Não, estou aqui comunicando que eu não vou ser o candidato a Presidente.” Outros projetos, outros planos, outros problemas, enfim, fizeram ele declinar daquele acordo político, digamos assim, feito lá atrás. Isso nos colocou em uma situação de, em fevereiro, ter que articular uma chapa para uma eleição cujo calendário eleitoral teria que ser divulgado dois meses depois. E lá naquela reunião se deliberou para que eu ficasse para o segundo mandato e algumas pessoas se disponibilizaram a continuar comigo, foi o caso do Sávio⁴¹, mas o Nivaldo⁴² saiu, o Amarílio continuou, o Tatá saiu e nós então reformulamos e continuamos e eu fiquei no segundo mandato. Não levei até o fim em 2003, em janeiro, assumo o cargo no Governo Federal⁴³ e me percebo com indisponibilidade a assumir este cargo do Governo e ao mesmo tempo presidir a entidade, o que explicita “conflito de interesse”. Me afasto e a Vice-Presidente, a Ana Márcia⁴⁴, assume a Presidência; ela completa esses sete meses que faltavam de gestão e se lança candidata e assume por duas outras gestões o CBCE, depois o Fernando⁴⁵ e depois o Tartaruga.

C.M – E como Presidente, quais foram as principais ações, lutas, dificuldades, conquistas?

L.C – Eu penso que existia uma expectativa de minha ação como Presidente estabelecida em dois eixos distintos. O primeiro, uma preocupação muito forte – batizada de partidarização – de politização excessiva da entidade; era um receio pelo meu perfil, era o medo que vinha dos “acadêmicos” que queriam uma entidade mais acadêmica. Por outro lado existia uma expectativa muito positiva daqueles que achavam que era isso mesmo que tinha que acontecer, essa politização, e que naquele momento, então, o embate político

⁴⁰ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

⁴¹ Sávio Assis de Oliveira.

⁴² Nivaldo Antônio Nogueira David.

⁴³ Como Secretário da Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

⁴⁴ Ana Márcia Silva.

teria mais força, que o CBCE daria total e restrito apoio ao Movimento Estudantil. E nós chegamos e logo na primeira assembleia demos o recado do que queríamos fazer. Era um grupo experiente, não tínhamos “meninos” na diretoria, era gente que já tinha vivido outros momentos históricos com outras experiências de luta: o Nivaldo, o próprio Amarílio, o Tatá que embora não seja da nossa geração, é mais recente, já tinha estrada rodada; nós deixamos claro o seguinte: nós iríamos sim fortalecer a lógica da intervenção política da entidade, mas principalmente no debate sobre política científica e tecnológica brasileira. Iríamos sim fortalecer essa dimensão política da entidade, mas no sentido de querer ser interlocutor do debate sobre a pós-graduação na área acadêmica da Educação Física. Queríamos sim politizar a entidade, mas no sentido de nos fazer representar nos Conselhos Nacionais existentes no âmbito do Governo Federal: do Idoso, da Saúde, da Educação, do Esporte... Aquela época ainda não estava configurado o Ministério... Queríamos ser ouvidos nessas instâncias e isso significava para nós uma ação política, mas deixando bem claro que isso não era, e não admitiríamos que assim fosse tratada, ação de partidarização. Por outro lado sinalizamos como agiríamos com o Movimento Estudantil e com o Movimento Contra a Regulamentação, partindo do pressuposto que vivíamos em uma sociedade em pleno estado de direito democrático; nós respeitaríamos a existência da entidade chamada Conselho Federal do Profissionais de Educação Física (CONFEF), porque havia sido constituída por Lei em 1998, um ano atrás, portanto, e a interlocução institucional iria acontecer. E o papel do CBCE seria demarcar exatamente aquilo que a Lei nº 9696 autorizava o CONFEF a fazer; todas as vezes que o CONFEF exacerbasse as suas ações para além daquilo que a lei lhe garantisse, o CBCE estaria atento para lutar para a definição desses limites. Mas nós reconhecíamos sim o CONFEF como interlocutor, do mesmo jeito que reconhecíamos o movimento estudantil como interlocutor. Nós deixamos claro que entendíamos que o movimento estudantil tinha uma história que merecia, respeito, consideração e teria esse respeito e consideração e isso seria explicitado por nós em uma relação de entidade para entidade e não de pai para filho; não do mais velho para o inexperiente, mas de uma entidade acadêmica para uma entidade política, um movimento político que era o movimento estudantil. E que naquilo em que pudéssemos estar juntos na defesa das políticas científicas educacionais, estaríamos juntos e no que não fosse possível respeitaríamos a autonomia do mundo estudantil e que seguisse seu caminho próprio e queríamos do movimento estudantil o respeito à possibilidade da entidade seguir seus

⁴⁵ Fernando Mascarenhas.

próprios caminhos pelas decisões tomadas pelas suas instâncias. Isso foi um choque! Fizemos um movimento rápido através do departamento científico, de fazer a mudança da Revista⁴⁶ para o formato livro. Profissionalizamos a edição da Revista, à medida que fizemos um contrato com uma editora conhecida no campo mais da educação do que na área biológica a Editora Autores Associados, que até recentemente se manteve conosco. Mas isso fortaleceu a legitimidade da Revista, partindo da sua qualidade, não só de impressão como do rigor de um processo de definição de pareceristas para fazer a avaliação, apreciação dos artigos e uma decisão de diretoria que deixou isso claro: Nós da diretoria assumimos que durante a nossa gestão nenhum diretor encaminharia artigos para a revista do CBCE. Por mais que soubéssemos que seríamos tratados de forma isenta, poderíamos passar para a opinião pública uma ideia de aparelhamento de uso privado de uma coisa pública. E nós tínhamos que evitar aquilo que já tinha acontecido na gestão do Victor Matsudo, por exemplo. Não sei se você sabe, pode pegar os primeiros números da revista e vai encontrar o número com meia dúzia de artigos, todos do Victor Matsudo. Todos... Um ou dois ele assina sozinho e os outros nessa lógica colegiada de coletivo e tal. Em outros momentos o Aguinaldo Gonçalves era Diretor Científico, portanto, responsável pelo periódico e ele publica artigos sozinho, a esposa dele publica artigos e ele e a esposa publicam artigos juntos. Nós não entendíamos isso correto e para mostrar seriedade. Nós assumimos esse compromisso. Eu assumi pelos meus quatro anos, continuo assumindo hoje porque eu acho que tem outros periódicos... A princípio eu fiz uma opção para escrever mais em formato de capítulo de livro do que artigos em periódicos e eu me sinto mais à vontade como parecerista da Revista do que como alguém que vai disputar espaço na Revista. Eu acho que há uma geração aí que precisa mais deste espaço do que eu. Isso foi importante, não foi uma experiência seguida pelas outras gestões: a própria Silvana⁴⁷ no primeiro número da Revista publicado quando ela assume a Vice-Presidência tem artigo dela. Não estou fazendo crítica, estou dizendo que foi uma decisão diferente da nossa, talvez tomada em outro momento quando a Revista não precisava mais de posturas tão radicais como nós tomamos lá atrás. Mas essas medidas tomadas lá atrás deu um tom ao CBCE que foi sim muito respeitado pela comunidade; o medo inicial dessa politização se ruiu porque nós constituímos um fórum para discutir a pós-graduação, criamos um GTT de pós-graduação... Quando percebemos um movimento do Go Tani para criar uma

⁴⁶ Revista Brasileira de Ciências do Esporte, publicada pelo CBCE desde 1979.

⁴⁷ Silvana Vilodre Goellner, Vice-Presidente na gestão de 2003-2005.

associação nacional de pós-graduação em Educação Física e com isso esvaziar o CBCE para esse debate, convidamos o Go Tani para fazer a conferência de abertura da programação do CBCE na SBPC de 2000 em Brasília. Ele fez a conferência dele... no momento que se abriu para o debate eu tomo a palavra e anuncio a criação do GTT e convido o Go Tani a se filiar ao GTT e com isso a gente esvazia o movimento dele de criação da associação nacional, mantendo o CBCE com instância de debate da pós. O GTT se tornou fórum na época da Yara⁴⁸ e tudo mais e hoje continua nessa toada de se fazer presente de ser um dos interlocutores da comunidade junto à Área 21⁴⁹, junto ao Fórum de Coordenadores de Programas de Pós⁵⁰. Então eu penso que essas medidas fortaleceram a entidade; eu acho que a gestão que veio depois de mim da Ana Márcia e do Fernando seguiram este caminho, por identidade, por um perfil bastante semelhante ao meu, diferente em muitas coisas é claro; semelhante, não igual, com assento no Conselho Nacional de Esporte, com assento em muitos lugares onde nós tínhamos o que dizer e podíamos colaborar com nossas críticas e com nossas ações propositivas. Na gestão do Tartaruga isso se manteve com outra lógica organizativa, com um grau maior de dificuldade, dada sua inexperiência na primeira gestão, que ele mesmo assume com toda a humildade, que é sua valorosa característica, e com perfil de alguém que tem toda uma construção acadêmica em uma área onde isso que para nós faz parte do dia a dia não estava presente, fazendo com que ele precisasse aprender no próprio comando, na própria direção da entidade aquilo que era o CBCE... isso a segunda gestão deixou claro que já conseguiu avançar, que já deu outro tom, mas sempre respeitando essa ideia do CBCE ser uma referência, o que o CBCE pensa disso, o que o CBCE pensa daquilo, quer dizer, é fundamental que isso exista.

C.M – Em todo este tempo que você tem estado no CBCE, você percebeu alguma mudança de como os associados veem a entidade? Você falou um pouco que hoje se vê como uma relação de consumo, antes como era visto o CBCE?

⁴⁸ Yara Maria de Carvalho, foi diretora científica das gestões de 2005-2007 e 2007-2009.

⁴⁹ Referência à Área 21 da Capes que envolve a Educação Física, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

⁵⁰ Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação em Educação Física, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

L.C – Nos anos 1980, principalmente, no período da redemocratização: primeiro, você estava todo ensopado, todo molhado, todo encharcado por este movimento de redemocratização. A politização se respirava na rua, partidos sendo criados, a Central Única dos Trabalhadores sendo constituída, eleições diretas, movimento pelas “Diretas Já” já na rua, possibilidade dos militares voltarem para a caserna, ainda que de forma negociada, estava presente. Sendo possível debater na instância universitária os rumos da educação brasileira, o que nos permitiu fazer a discussão “Os Rumos da Educação Física Brasileira”; a área acadêmica, os programas de pós-graduação se configurando... No início dos anos 1980 tínhamos apenas um Programa de Pós-graduação stricto sensu, o da USP⁵¹. Hoje nós temos vinte e cinco aproximadamente de mestrado, um pouquinho mais, um pouquinho menos e uma dúzia de doutorados na área acadêmica da Educação Física. Você tinha um sócio mais disponível nessa lógica de militância, do engajamento militante, da ciência militante. Mas você tem a partir da segunda metade dos anos 1980 e toda a década de 1990, um esvaziamento desse pensamento crítico por conta do que aconteceu nos países de socialismo real, o leste europeu e a União Soviética... Aquilo fez com que o pensamento crítico que, mal havia chegado na Educação Física, sofresse um impacto forte permissionário de um outro pensamento, o pensamento pós-moderno. E a manutenção deste pensamento biomédico e outro de natureza fenomenológica, que já se fazia presente nessa segunda metade dos anos 1980 de uma maneira também muito marcante. E basicamente esta estruturação da Educação Física no mundo acadêmico submete esta área acadêmica às regras da CAPES, todas elas voltadas para uma concepção de produtivismo acadêmico que nós questionamos, condenamos, não concordamos e resistimos. Uma resistência estratégica porque ao mesmo tempo em que resistimos temos que fazer parte do programa de pós se quisermos formar quadros, titular nossos mestrados, nossos doutorandos, permitindo que eles futuramente formem seus mestrados e doutorandos. Então temos que estar dentro com regras que são nocivas a nós. Essa lógica nociva é responsável por outro perfil de docentes universitário, que é de onde vem os sócios do CBCE majoritariamente. Um perfil pouquíssimo voltado à vida universitária e muito mais centrada no interior dos seus grupos, dos seus laboratórios e na necessidade de publicação e difusão do que fazem na lógica da produtividade. Isso não dá tempo de uma militância acadêmica, o que fortalece esse vínculo que eu disse a pouco, muito mais de um consumidor; do CBCE como um estabelecimento que comercializa eventos e possibilidade

⁵¹ Universidade de São Paulo.

de publicação em periódicos. É uma relação mais distante, não é uma relação militante, mas é uma relação centrada nessa lógica de consumo mesmo que está posta. As novas gerações já chegam com essa pressão de ter que publicar, de ter que fazer X pontos, se não fizer X pontos está fora do programa e, se está fora do programa, você passa a ser considerado um professor de segunda categoria; você não vai ter seu grupo, você não vai poder pleitear recursos em agências de fomento, você é um pária. Isso faz com que cada vez mais eu tenha menos tempo para dedicar a entidades como o CBCE, como a SBPC e tudo mais. Me preocupa isso, mas isso não é uma coisa dos associados do CBCE; isso é uma coisa do mundo acadêmico universitário brasileiro porque todo ele está movido por esta lógica que hoje nos é imposta por um pensamento hegemônico, batizado de neoliberal pela exacerbação do liberalismo, associado automaticamente à lógica de mercado e por aí afora. Nós vemos que a quantidade prevalece sobre a qualidade; produção é concebida a partir de critérios que não dizem respeito ao que nós entendemos como possuído de valor acadêmico porque possuído de valor social... Mas só mesmo o tempo e a nossa presença aqui, reflete a necessidade de resistir e mostrar às novas gerações que mais do que discursos, exemplos precisam ser seguidos: exemplos sim, de militância acadêmica; exemplo sim, de abrir mão de um tempo familiar para estar aqui ajudando no que for possível a essa entidade, cumprir o seu papel. Dentro do pessimismo da razão, e a razão é pessimista porque a realidade não nos permite ser otimista, não visualizo em um futuro próximo, mudança deste quadro. Ao contrário: percebo o seu aprofundamento. Agora, para fazer um contraponto a esse pessimismo da razão, eu aponto o otimismo da ação, o acreditar que é possível mudar, que é fundamental resistir, mas uma resistência e uma luta que tem que ser madura, tem que ser politicamente e estrategicamente construída, sem loucuras infante-juvenis; sem palavras de ordem tiradas de livros revolucionários, mas acima de tudo de práticas que agreguem segmentos a uma determinada pauta política; A uma agenda política, a uma concepção de educação, de ciência e sociedade que defendemos. Eu penso que o meu movimento neste momento é de buscar dar conta deste sentido de agregação e para agregar eu preciso dialogar com o diferente e o diferente não está à minha esquerda; o diferente está à minha direita, isso de certa forma faz com você dialogue em direção ao centro. É muito cômodo ficar no meu canto esquerdo dialogando com aqueles que pensam como eu... Tranquilo, não há resistência, não há oposição, mas eu não agrego mais nada, eu não somo mais nada e se eu quero somar, e se eu quero ter o CBCE com mais gente, com mais participantes, mais vivo, trazendo suas contribuições,

suas visões distintas e contrárias à minha de mundo, é fundamental que eu me aproxime e os convide.

C.M – Os GTTs fizeram quinze anos recentemente e você acompanhou desde o início, na separação de grupos da temática dos trabalhos até essa institucionalização dos GTTs terem uma representação mais forte. Como foi isso?

L.C – A segunda reforma do estatuto do CBCE se deu em 2002 na SBPC de Goiás, por uma decisão tomada em assembleia no CONBRACE de 2001 em Caxambu. E nessa reforma estatutária se consolida o Grupo de Trabalho Temático que já existia desde 1997; o CONBRACE de Goiânia foi organizado já na lógica do Grupo de Trabalho, pela primeira vez. Em 1995 ainda não, mas lá que se tomou a decisão que o próximo seria assim. E se você olhar o estatuto você vai ver as expectativas que se tinha dele: polo aglutinador da comunidade a partir de um determinado tema específico para estudo e pesquisa, polo de produção coletiva de trabalho dentro de um determinado tema e polo de referência da ação política da entidade a partir daquilo construído em seu interior. De 1997 para cá, eu diria, que muito pouco disso foi construído. Polo aglutinador de uma comunidade sim, mas isso hoje nos causa preocupação, porque essa aglutinação deu conta do que eu chamei naquele texto publicado no livro que o CBCE lançou em 2007⁵², organizados pela Yara⁵³ e pela Meily⁵⁴, de tribalização dos GTTs. Ou seja, os GTTs hoje refletem muito mais o predomínio de um determinado grupo sobre o outro, se apropriando privadamente de um espaço que deveria ser público. Então há uma disputa por aquele espaço e um controle de espaço por grupos que se tribalizaram, se constituíram guetos e essa tribalização, essa guetização trouxe como consequência o risco de termos doze Mini-CBCEs, cada GTT se configurando como Mini-CBCEs próprios, doze CBCEzinhos! Então veja, como polo aglutinador acontece, mas acontece na direção de sua guetização. Como polo de produção coletiva foram poucas as experiências de produção coletiva de GTTs, conta-se nos dedos de uma única mão essas experiências. E se você estiver atento, você vai perceber a predominância de uma determinada leitura de um determinado grupo, de um determinado GTT e não expressão do pensamento heterogêneo do GTT. Porque dentro, o

⁵² Livro: “Política científica e produção do conhecimento em educação física”, organizado por Yara Maria de Carvalho e Meily Assbu Linhales, em 2007.

⁵³ Yara Maria de Carvalho.

⁵⁴ Meily Assbú Linhales.

CBCE, em relação ao que está fora dele, se coloca em uma postura contra hegemônica, mas a postura que o CBCE tem para dentro dele não é hegemônica, também há luta para a por hegemonia dentro do CBCE e essa luta se explicita nos Grupos de Trabalhos que lutam pela hegemonia em seu interior. Eu penso que produção coletiva precisaria sinalizar essa pluralidade, dando “nome aos bois” o que é esse plural, de onde origina este plural... E o que eu vi é muito mais publicações, poucas, mas mais publicações que explicitam o hegemônico dentro do grupo, temos que pensar nisso. Como polo sinalizador da ação política da DN em alguns momentos isso aconteceu; na maioria deles não, porque se você solicitar hoje para o GTT de Políticas Públicas uma síntese do que foi debatido dentro dele que sinalize uma posição a ser defendida pelo CBCE junto ao Conselho Nacional de Esportes, não se tem. Vá para a Saúde... solicite uma síntese da posição do GTT que sinalize a posição da DN naquilo que diz respeito à política de saúde pública brasileira, na qual o profissional de Educação Física vai ter lugar agora, vem tendo lugar a partir de alguns anos para cá, você não vai encontrar essa síntese, entende? Eu penso que em relação àquilo que está no estatuto, o GTT ainda não deu conta de justificar a sua existência... por outro lado a organização temática é muito rica, demonstrou sucesso. Por outro lado, como um elemento “dificultador”, a área biológica, que a gente quer chamar para dentro, em sua cultura de produção pensa disciplinarmente e mesmo quando querem voltar para dentro, não encontram lugar para se enquadrar, eles não se encontram, ficam sem saber como chegar e onde chegar. A um bom tempo vem se discutindo a possibilidade de GTTs mistos, como estrutura disciplinar e transdisciplinar, temática portanto, mas ainda não se configurou, mas eu acho que temos tempo para isso.

C.M. – Professor, agradeço em nome do Centro de Memória do Esporte. Muito Obrigada!

[FINAL DA ENTREVISTA]